

ABORDAGEM HISTÓRICA DA RESPONSABILIDADE SOCIAL E OS IMPACTOS NA CONTABILIDADE¹

ALVES, Vanessa

Faculdade Santa Lúcia – PROINPEX
vanessa_1904@yahoo.com.br

BOLOGNESI, Roselaine

Faculdade Santa Lúcia
roselainebolognesi@yahoo.com.br

RESUMO

Este trabalho é resultado de uma pesquisa realizada no Programa de Iniciação Científica do curso de Ciências Contábeis, como parte do Programa de Incentivo à Pesquisa e Extensão – PROINPEX, da Faculdade Santa Lúcia. A presente pesquisa teve como objetivo principal identificar onde e quando começaram a ocorrer os primeiros indícios de responsabilidade social, o contexto histórico da época que levou à expansão do conceito até os dias atuais e como a contabilidade se adaptou a tais investimentos. Quanto aos procedimentos metodológicos, este estudo pode ser classificado como uma pesquisa bibliográfica, tendo em vista que levantou a evolução histórica e conceitual da Responsabilidade Social por meio de publicações de diversos autores.

Palavras-chave: *Revolução industrial; Responsabilidade Social; Stakeholders.*

¹ Este artigo é parte dos resultados da pesquisa desenvolvida no Programa de Iniciação Científica do curso de Ciências Contábeis, apresentada em dezembro de 2014 à Faculdade Santa Lúcia, sob a orientação da profa. Dra. Roselaine Bolognesi.

INTRODUÇÃO

O conceito responsabilidade social está em constante transformação e possui várias interpretações na literatura. Sua origem está diretamente ligada a revolução industrial ocorrida nos séculos XVIII e XIX, época em que o trabalho artesanal foi substituído pelo trabalho assalariado, incorporando máquinas em seu processo produtivo.

Quando surgiram as empresas, os industriais não tinham preocupações com responsabilidade social empresarial. Os proprietários tinham como principal objetivo o lucro. Com isso, vários pensadores publicaram diversas teorias a respeito de como o empresário deveria se comportar para obter um melhor desempenho, utilizando-se do menor volume de recursos disponíveis com o objetivo de melhorar e maximizar os ganhos da empresa.

A revolução industrial trouxe expansão econômica, porém, junto com essa expansão, vieram muitos problemas sociais e ambientais, como a poluição acelerada, remuneração de trabalhos a níveis de subsistência, desigualdade social e a exploração do trabalho infantil. Os industriais acreditavam que as fontes de recursos naturais seriam infinitas e que os problemas sociais e ambientais eram apenas uma consequência do progresso. Entretanto, apesar de toda a degradação causada, a maioria da população vivia em estado de pobreza, o que levou alguns pensadores e a comunidade a repensar esse modelo de sociedade. Após a segunda Guerra Mundial surge a ONU (Organização das Nações Unidas), que além do objetivo de manter a paz, também apresentava como objetivo intervir nos problemas de caráter econômico, social, cultural e humanitário através da cooperação internacional dos países. (BARBIERI; CAJAZEIRA, 2009).

A partir deste contexto, a consciência ambiental e social passou a ser discutida no meio social e empresarial e surgiram várias publicações sobre o tema. O avanço da produção industrial, o aparecimento de novas tecnologias, o consumo em massa e o esgotamento dos recursos naturais, alertou para a necessidade de se repensar sobre as formas atuais da sociedade satisfazer as suas necessidades, fazendo o debate avançar e novas reflexões, alternativas e iniciativas surgirem. É importante ressaltar que a responsabilidade social tem relação com as questões ambientais e sociais, mas abrangem, também, questões legais, éticas e filantrópicas. (BARBIERI; CAJAZEIRA, 2009).

Atualmente, não basta apenas vender produtos e serviços, utilizando

o preço e a qualidade para ser uma empresa competitiva. Hoje os consumidores estão cada vez mais exigentes e interessados em saber se a empresa se preocupa em melhorar o meio em que está inserida e como ela se relaciona com seus *stakeholders*. A relação empresa e consumidor esta ficando cada vez mais complexa e faz-se necessário repensar continuamente as estratégias empresariais para se permanecer competitiva no mercado.

Sendo assim, a responsabilidade social é um tema que vem ganhando espaço no mundo empresarial, pois, cada vez mais, os consumidores estão preferindo optar por produtos e serviços de empresas socialmente responsáveis.

Este artigo, portanto, tem como objetivo apresentar discussões teóricas sobre como a responsabilidade social atingiu esse grau de importância nas empresas, o contexto histórico em que surgiu e como vem se desenvolvendo no cenário empresarial, apresentando uma pesquisa bibliográfica que busca analisar a evolução da responsabilidade social por meio de publicações de diversos autores. Do ponto de vista da contabilidade, busca-se compreender como a contabilidade evoluiu para receber os investimentos em responsabilidade social.

2. ABORDAGEM HISTÓRICA DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

Para Barbieri e Cajazeira (2009), a origem do movimento da responsabilidade social empresarial está associada à questão da pobreza na idade moderna, época em que surgem as indústrias e empresas.

2.1 A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

No século XIX predominavam pequenas oficinas, artesãos independentes, pequenas escolas e profissionais autônomos – como médicos, advogados e artistas que trabalhavam por conta própria. O desenvolvimento da máquina a vapor – e sua aplicação – levou a uma nova concepção de trabalho, responsável por mudar a estrutura social e comercial da época e provocar a revolução industrial (CHIAVENATO, 2003).

A revolução industrial é um conjunto de transformações tecnológicas, econômicas e sociais ocorridas na Europa (principalmente na Inglaterra), nos séculos XVIII e XIX e que deram origem ao sistema fabril e ao modo de produção capitalista. Surgiu com o aperfeiçoamento de máquinas de

fição e tecelagem e pela invenção da máquina a vapor, da locomotiva e de máquinas-ferramentas (CHIAVENATO, 2004, p.35).

“O rápido e intenso fenômeno da maquinização das oficinas provocou fusões de pequenas oficinas que passaram a integrar outras maiores e que, aos poucos, foram crescendo e se transformando em fábricas [...]” (CHIAVENATO, 2003, p.35).

O mercado aumentou significativamente devido à redução de preços e popularização dos produtos e, com isso, as fábricas passaram a exigir grandes contingentes humanos (CHIAVENATO, 2003). Como as máquinas tornaram a força muscular dispensável, foi possível a utilização da mão de obra de mulheres e de crianças. Esse poderoso meio de substituir trabalho e trabalhadores transformou-se rapidamente num meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família dos trabalhadores, sem distinção de sexo nem idade, sob o comando imediato do capital (MARX, 1996).

Esse enorme contingente de operários trabalhando juntos durante jornadas diárias de trabalho de 12 a 13 horas em condições perigosas e insalubres provocaram acidentes em larga escala. Houve uma intensa migração de mão-de-obra do campo para a cidade e surge uma nova classe social: o proletariado. O baixo padrão de vida, a promiscuidade nas fábricas, os riscos de graves acidentes e os longos períodos de trabalho, proporcionaram uma interação estreita entre os trabalhadores e uma crescente conscientização da precariedade das condições de vida no trabalho e da exploração por uma classe social economicamente favorecida. (CHIAVENATO, 2003).

Segundo Maximiano (2010), as condições de trabalho nas fábricas eram precárias. Os trabalhadores não podiam reclamar dos salários, horários de trabalho, barulho e sujeira das fábricas em suas casas. O foco foi colocado na eficiência, não importando a que custo humano e social. Os trabalhadores tornaram-se dependentes do emprego oferecido pelas fábricas, numa cultura que aceitava e encorajava a exploração. As empresas tinham apenas máquinas e administradores. Algumas das máquinas eram seres humanos. A desconsideração em relação aos fatores humanos era total.

Sendo assim, conflitos entre a classe operária e os industriais começaram a aparecer. Alguns países passaram a intervir em alguns aspectos das relações entre os operários e fábricas, efetuando leis trabalhistas (CHIAVENATO, 2003).

Essas condições, associadas às grandes concentrações de trabalhadores nas fábricas e cidades, facilitando a comunicação e organização, intensificaram o potencial de conflito com os empresários. No começo dos anos 1800, surgiram os primeiros sindicatos, para proteger os salários dos artesãos. Os sindicatos foram cerceados inicialmente, sendo apenas tolerados na Inglaterra, e sua aceitação ocorreu lentamente (MAXIMIANO, 2010, p.42).

De acordo com Chiavenato (2003), em 1802 o governo inglês sancionou uma lei protegendo a saúde dos trabalhadores nas indústrias têxteis e a fiscalização de seu cumprimento passou a ser feita voluntariamente pelos pastores protestantes e juízes locais. Outras leis foram impostas aos poucos, na medida em que os problemas foram se agravando.

Além da precariedade das condições de vida dos funcionários, a revolução industrial causou grande degradação no meio ambiente. Seiffert (2010) *apud*, Santana (2013) ainda afirma que a revolução Industrial se baseou no uso intensivo de grandes reservas de recursos naturais, mais particularmente de combustíveis fósseis. Nesta época “os problemas socioambientais eram vistos como uma consequência natural do “desenvolvimento”, que era confundido com crescimento econômico” (OLIVEIRA, 2008, p. 17).

A ideia de responsabilidade social ganhou muita força quando a poluição provocou a deterioração dos ecossistemas. Isso estimulou o debate sobre os benefícios e malefícios da sociedade industrial. A consequência indesejável da industrialização fez com que surgissem grupos de ativistas que se propuseram a combater o comportamento socialmente irresponsável de certas empresas ou ramos de negócios, como os madeireiros, os caçadores de baleias e a indústria das peles de animais. Devido às pressões de todos esses movimentos, muitos países estabeleceram legislações severas sobre essas questões. (MAXIMIANO, 2010).

Além disso, Tachizawa (2005) destaca que o conceito de desenvolvimento sustentável consolida-se a partir da constatação de que os sistemas naturais do planeta são limitados para absorver os efeitos da produção e do consumo e com isso, ressalta que fica evidente a inviabilidade de manter as políticas econômicas causadoras de danos ambientais irreversíveis.

2.2. SURGIMENTO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU)

Em resposta à industrialização, começaram a surgir movimentos

ambientais. Poetas e escritores pregavam o retorno da vida simples e os valores implícitos na natureza. Na década de 60, com o fim da Segunda Guerra Mundial, o movimento ambientalista ganhou novo impulso com a publicação do livro de Rachel Carson, “A Primavera Silenciosa”, que fez um alerta sobre o uso agrícola de pesticidas químicos sintéticos. Cientista e escritora, Carson destacou a necessidade de respeitar o ecossistema em que vivemos para proteger a saúde humana e o meio ambiente. Entretanto essa visão ainda não era tida como Global. A globalização dessa visão torna-se possível com a intervenção da ONU, criada em 1945 (ONU, 2014).

“A Organização das Nações Unidas, também conhecida pela sigla ONU, é uma organização internacional formada por países que se reuniram voluntariamente para trabalhar pela paz e o desenvolvimento mundial” (ONU, 2014, s.p.).

Com o fim da década de 60, o fenômeno da visão ambiental passou a ser global e colocado em prática. Em 1972 a ONU convocou a Conferência das Nações Unidas sobre o ambiente humano, em Estocolmo (Suécia). O evento foi um marco e sua declaração final com 19 princípios, representam um manifesto ambiental para nossos tempos. Ao abordar a necessidade de inspirar e guiar os povos do mundo para a preservação e a melhoria do ambiente humano, o manifesto estabeleceu as bases para a nova agenda ambiental do Sistema das Nações Unidas. Em 1987, a Comissão Brundtland, como ficou conhecida, publicou um relatório inovador: “Nosso Futuro Comum” – que traz o conceito de desenvolvimento sustentável para o discurso público (ONU, 2014). A ideia de desenvolvimento sustentável foi definida pela chamada Comissão Mundial do Ambiente e do Desenvolvimento como: “[...] O desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de atendimento das necessidades das gerações futuras” (MAXIMIANO, 2010, p.435).

Segundo o conceito de desenvolvimento sustentável, a exploração dos recursos à orientação dos investimentos, o desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional são compatíveis com o atendimento das necessidades atuais e futuras. O conceito de desenvolvimento sustentável vai além da simples preservação dos recursos da natureza (MAXIMIANO, 2010, p.435).

A ONU, através de suas iniciativas voltadas para o meio ambiente,

direitos sociais e humanos, tem sido a principal estimuladora, em âmbito global, de uma visão de mundo comprometida com a preservação do meio ambiente e amenização das desigualdades sociais. Seus princípios diretivos são, atualmente, referência para a formação de ações e políticas de responsabilidade social empresarial. (BARBIERI; CAJAZEIRA, 2009).

2.3 A ADMINISTRAÇÃO E A RESPONSABILIDADE SOCIAL

A organização moderna nasceu com a Revolução Industrial devido à ruptura das estruturas corporativas da Idade Média, ao avanço tecnológico que aplicou progressos científicos à produção, à descoberta de novas formas de energia, a enorme ampliação de mercados e a substituição do tipo artesanal por um tipo industrial de produção (CHIAVENATO, 2004).

A história da administração é recente. Ela é um produto típico do século XX. Na verdade, a administração tem pouco mais de cem anos e constitui o resultado histórico e integrado da contribuição cumulativa de vários percursoros filósofos, físicos economistas, estadistas e empresários que, no decorrer dos tempos, foram, cada qual em seu campo de atividade, desenvolvendo e divulgando suas obras e teorias (CHIAVENATO, 2003, p.26).

Foi durante a revolução industrial que começaram a se formar modelos de administração, organização e sociedade (MAXIMIANO, 2010). Segundo Chiavenato (2004), as novas tecnologias de processos de produção, construção de máquinas e a legislação para proteger o trabalhador tornaram a gestão das indústrias uma preocupação dos proprietários.

Chiavenato (2004, p.28) afirma que “a partir do século XVIII surgiram teorias econômicas centradas na explicação dos fenômenos empresariais (microeconômicos) e baseadas em dados empíricos, na experiência cotidiana e em tradições do comércio da época”. Porém, apenas no século XX, dois engenheiros desenvolveram os primeiros trabalhos a respeito da administração. O americano Frederick Winslow, onde sua preocupação era aumentar a produtividade por meio da eficiência no nível operacional, e o francês Henri Fayol, onde seu foco era aumentar a eficiência da empresa por meio de disposição dos departamentos (CHIAVENATO, 2004)

Com o passar do tempo, surgiram às teorias ligadas ao fator humano. A teoria das Relações Humanas trouxe uma nova

linguagem que passou a dominar o repertório administrativo: fala-se agora em motivação, liderança, comunicação, organização informal, dinâmica de grupo, etc. Os conceitos clássicos de autoridade, hierarquia, racionalização do trabalho, departamentalização, princípios gerais da administração, etc. passam a ser contestados ou criticados (CHIAVENATO, 2004, p.95).

De fato, cada teoria administrativa surgiu como resposta aos problemas empresariais de sua época, sendo bem-sucedidas ao apresentarem soluções específicas para tais problemas. As teorias administrativas se expandem e se ampliam continuamente (CHIAVENATO, 2003).

Para Chiavenato (2003), a administração é a direção racional das atividades de uma organização seja ela lucrativa ou não lucrativa, que trata do planejamento, da estruturação, da direção e do controle de todas as atividades diferenciadas pela divisão de trabalho que ocorrem dentro de uma organização. Atualmente, as organizações são extremamente heterogêneas e diversificadas, de tamanhos diferentes, de características diferentes, de estruturas diferentes e de objetivos diferentes. Sendo assim, a administração é imprescindível para existência, sobrevivência e sucesso das organizações.

Alguns estudiosos acreditam que as empresas possuem responsabilidades com a sociedade e o dever de cumpri-las. Outros pensam que a única responsabilidade das empresas é cuidar de seus acionistas e gerar lucro (MAXIMIANO, 2010). Tal afirmação vai ao encontro da de Friedman (1994) *apud* Barbieri e Cajazeira (2009), que ressaltam que algumas empresas ainda acreditam que se a organização está tendo lucro dentro da lei e gera renda para a sociedade, através dos impostos, o governo deve aplicá-los para resolver os problemas sociais. De acordo com esta visão, qualquer aplicação de recursos da empresa que não seja para a geração de lucros não é aceita. Os dirigentes e acionistas que quiserem contribuir para resolver problemas sociais devem utilizar seus próprios recursos e não os da empresa. A função desses dirigentes é maximizar o lucro da empresa. Essa ideia ainda continua bastante forte no ambiente empresarial.

Entretanto, atualmente, existe um verdadeiro movimento mundial em torno da responsabilidade social. São inúmeras as iniciativas promovidas por empresas, entidades empresariais, instituições de ensino, governo, Organizações Não Governamentais (ONGs) e órgãos vinculados à ONU, tornando inegável a importância do tema (BARBIERI; CAJAZEIRA, 2009). Por isso, as organizações começaram a se preocupar com as suas obrigações sociais. Essa preocupação crescente não foi espontânea, mas provocada

por movimentos ecológicos e de defesa do consumidor que põem em foco o relacionamento entre organizações e sociedade (CHIAVENATO, 2003).

Além disso, desde os últimos 25 anos do século XX, há um crescente interesse na relação entre sociedade, o ambiente e nos danos causados a ele. Em todo o mundo, existe a consciência de que o ambiente envolve todas as nações e o comportamento de cada pessoa. Praticamente todas as necessidades humanas precisam ser atendidas por algum tipo de produto ou serviço que cobra um preço da natureza. Sem limites, a produção de bens e serviços acabará comprometendo a capacidade de renovação dos recursos naturais e a qualidade da vida. No extremo, a sobrevivência da espécie humana ficará comprometida pelo atendimento de suas necessidades (MAXIMIANO, 2010).

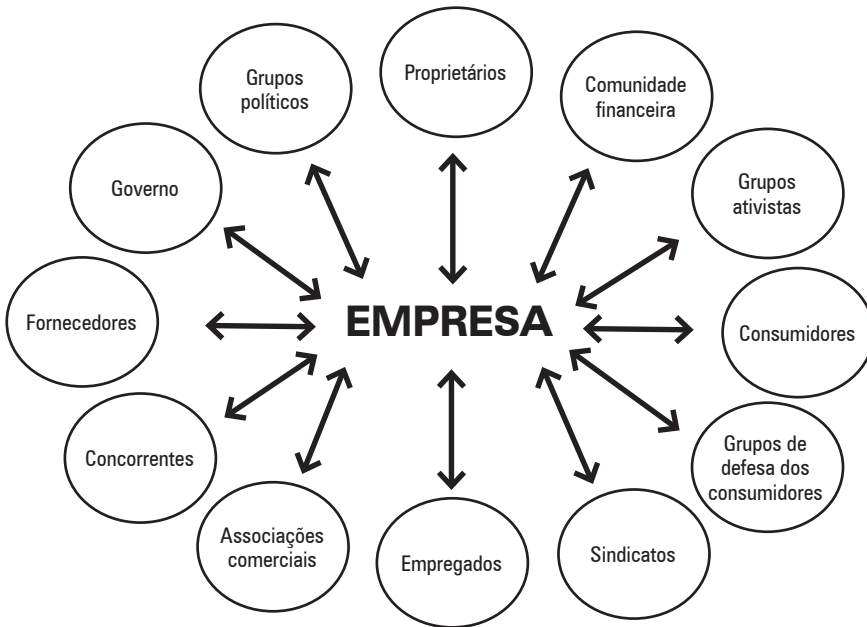
Como resultado, muitos governos vêm a já algum tempo estabelecendo restrições para a atividade econômica que tenha algum tipo de impacto sobre o ambiente. Por causa disso, as organizações de todos os tipos precisam incluir o ambiente em suas práticas administrativas. (MAXIMIANO, 2010, p.434).

As organizações fornecem meios para o atendimento das necessidades das pessoas. Serviços de saúde, água e energia, segurança pública, controle de poluição, alimentação, diversão, educação em todos os níveis – praticamente tudo depende de organizações. Por isso, as organizações assumiram uma importância sem precedentes na sociedade e na vida das pessoas. Há poucos aspectos da vida contemporânea que não sejam influenciados por alguma espécie de organização. A sociedade moderna é uma sociedade organizacional (MAXIMIANO, 2010).

Com isso, podemos concluir que “a vida das pessoas depende intimamente das organizações e essas dependem da atividade e do trabalho daquelas” (CHIAVENATO, 2003, p.2).

Hoje os consumidores estão cada vez mais exigentes e interessados se a empresa se preocupa em melhorar o meio em que está inserida, e como ela se relaciona com seus *stakeholders*. Para Maxiammo (2010), *stakeholder* são as partes interessadas, ou seja, pessoas que estão associadas direta ou indiretamente à organização ou que sofrem algum de seus efeitos: clientes, fornecedores, distribuidores, funcionários, ex-funcionários e a comunidade, na medida em que são afetados pelas decisões da administração. Essas pessoas podem ser indivíduos ou membros de grupos ou organizações conforme **Figura 1**:

Figura 1 - Mapa dos *stakeholders* de uma grande empresa.



Fonte: Barbieri e Cajazeira (2009, p.27).

Segundo Chiavenato (2003, p.10):

Em uma época de complexidades, mudanças e incertezas como a que atravessamos nos dias de hoje, a administração tornou-se uma das principais áreas da atividade humana. Vivemos em uma civilização em que predominam as organizações e na qual o esforço cooperativo do homem é a base fundamental da sociedade.

Interpreta-se, portanto, que as relações entre as empresas e os consumidores estão ficando cada vez mais complexas e faz-se necessário um estudo detalhado para melhorar as estratégias empresariais que levam uma empresa a permanecer competitiva no mercado.

Portanto, uma empresa socialmente responsável orienta suas atividades (processos, produtos e resultados) não apenas considerando o lucro, mas também administrando os impactos sociais, econômicos e ambientais decorrentes. Isso inclui sua participação ativa na solução dos problemas sociais da comunidade, por meio da realização de investimento social privado

(MARTOS, 2007). Chiavenato (2003, p.6) ainda ressalta que “nenhuma organização pode competir com sucesso quando as pessoas procuram enganar as outras, tentam aproveitar-se [...]”.

Com isso, “a responsabilidade social das organizações e o comportamento ético dos administradores estão entre as tendências mais importantes que influenciam a teoria e a prática da administração no início do terceiro milênio” (MAXIMIANO, 2010, p. 414).

O administrador se defrontará com problemas multifacetados e cada vez mais complexos do que os anteriores, dentro e fora da organização, que lhe proporcionarão informações contraditórias que complicarão seu diagnóstico perceptivo e sua visão dos problemas a resolver ou das situações a enfrentar: são os desafios dos concorrentes, as expectativas da alta administração, dos subordinados, dos acionistas, dos consumidores, dos ativistas, etc (CHIAVENATO, 2003).

2.4 PRINCÍPIOS DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

Segundo Chiavenato (2003), há diferentes abordagens quanto à responsabilidade social. Isto porque, toda organização produz alguma influência no seu ambiente, podendo esta ser positiva ou negativa.

Para Barbieri e Cajazeira (2009), a responsabilidade social é um movimento globalizante que inclui a participação de todos os humanos de todos os lugares. Por isso, todos se tornam partes interessadas de qualquer organização, pública ou privada, pois estas contribuem direta ou indiretamente para as crises sociais e ambientais que desencadearam o movimento do desenvolvimento sustentável.

“O princípio da responsabilidade social baseia-se na premissa de que as organizações são instituições sociais, que existem com autorização da sociedade, utilizam os recursos da sociedade e afetam a qualidade de vida da sociedade” (MAXIMIANO, 2010, p. 426).

A partir desta perspectiva, Chiavenato (2003), destaca as seguintes obrigações de uma empresa socialmente responsável: a) Incorporar objetivos sociais no seu planejamento; b) Utilizar normas comparativas de outras organizações em seus programas sociais; c) Apresentar relatórios aos membros organizacionais e aos parceiros sobre os progressos na sua responsabilidade social; d) Experimentar diferentes abordagens sociais e o retorno dos investimentos em programas sociais.

Vale ressaltar que a responsabilidade social centrada na função econômica da empresa como geradora de lucros, salários e impostos já

não é mais suficiente para orientar os negócios diante de novos valores requeridos pela sociedade pós-industrial, como a busca de qualidade de vida, valorização do ser humano e respeito ao meio ambiente (BARBIERI; CAJAZEIRA, 2009).

Além disso, a competitividade no mercado está cada vez mais acirrada e os consumidores se tornaram mais conscientes de seus direitos e deveres, o que lhes proporcionou um maior poder de escolha, permitindo determinar as empresas com as quais irão se relacionar (ZENONE, 2006).

Chiavenato (2003) levanta alguns argumentos para o desenvolvimento das atividades de responsabilidade social: a) O interesse maior dos negócios é promover e melhorar as comunidades onde a organização faz negócios; b) As ações sociais e as ações éticas podem ser lucrativas; c) A responsabilidade social melhora a imagem pública da organização; d) A responsabilidade social aumenta a viabilidade dos negócios. Os negócios existem porque proporcionam benefícios sociais; e) É necessário evitar ou se antecipar à regulação governamental ou intervenções externas para sanar a omissão das organizações; f) As leis não podem ser definidas para todas as circunstâncias. As organizações devem assumir responsabilidades para manter uma sociedade ordeira, justa e legal; g) As normas socioculturais exigem responsabilidade social; h) A responsabilidade social é do interesse de todos os parceiros da organização e não de apenas alguns deles; i) A sociedade deve oferecer às organizações a oportunidade de resolver problemas sociais que o governo não tem condições de resolver; j) Como as organizações são dotadas de recursos financeiros e humanos, elas são as instituições mais adequadas para resolver problemas sociais; k) Prevenir problemas é melhor do que curá-los posteriormente. Muitas organizações se antecipam a certos problemas antes que se tornem maiores.

Contudo, algumas pessoas ainda confundem filantropia (caridade) com responsabilidade social.

Maximiano (2010, p.426), explica que:

O princípio da caridade, segundo Carnegie, diz que os indivíduos mais afortunados da sociedade devem cuidar dos menos afortunados, compreendendo desempregados, doentes, pobres, pessoas com deficiências físicas. Esses desafortunados podem ser auxiliados diretamente ou por meio de instituições como igrejas, associações de caridade ou movimentos de auxílio. A obrigação é do indivíduo, não de sua empresa, e o indivíduo decide qual o valor da caridade que pretende praticar. Na década de 20, nos Estados Unidos, a Grande Depressão aumentou enormemente as necessidades

comunitárias, o que estimulou o envolvimento das empresas com o princípio da caridade.

Entretanto, a responsabilidade social, ao contrário da filantropia, está voltada para dentro da empresa e analisa suas relações com todos os *stakeholders*. Sendo assim, para verificar se uma empresa é socialmente responsável é preciso analisar até que ponto uma ação social é considerada algo que realmente mostre que a empresa se preocupa com o meio ecológico em que está inserida e com as questões sociais e, ainda, se gera alguma forma de retorno para a sociedade. O que se cobra das empresas atualmente, não é mais caridade, mas o comprometimento com a sociedade (ZENONE, 2006).

2.5 TERCEIRO SETOR

Segundo o Portal Terceiro Setor Online (TSO) (2014), o terceiro setor engloba as instituições sem fins lucrativos que promovem ações voltadas ao bem comum. A expressão “instituições sem fins lucrativos” (grifo nosso) não constitui um modelo de pessoa jurídica adotada pela legislação brasileira, mas seu uso decorre da tradução do termo *Non Profit Institutions*, utilizado em modelos de pesquisas e orientações internacionais sobre o Terceiro Setor que passaram a ser utilizados pelo Brasil. Portanto, o terceiro setor pode ser conceituado como aquele composto pelo conjunto de entidades que preenche os requisitos referidos e que tenha como objetivo e finalidade o desenvolvimento de ações voltadas à produção do bem comum.

Alguns entendem que a expressão terceiro setor é utilizada para identificar as atividades da sociedade que não pertencem às atividades estatais (setor público ou primeiro setor) e nem às atividades de mercado (setor privado ou segundo setor). Entretanto, atividades que não se enquadram no setor público e no setor privado não necessariamente estão dispostas ao terceiro setor. Esta afirmação é confirmada à referida pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), segundo a qual, das 16 categorias de entidades classificadas no CEMPRE Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) como Sem Fins Lucrativos, apenas três delas enquadram-se no critério de classificação internacional: associações, organizações religiosas (que até o ano de 2003 enquadravam-se na figura jurídica de associações) e fundações (TSO, 2014).

O terceiro setor surgiu diante da ineficiência do Estado e do Governo de resolver problemas de caráter ambiental e social. Sendo assim, as pessoas e as comunidades passaram a se organizar na busca de soluções para

tais problemas. Com isso, as organizações e entidades sem fins lucrativos tornaram-se agentes importantes na solução ou amenização de problemas ambientais e sociais (MAXIMIANO, 2010).

As empresas do setor privado podem se aliar a uma entidade do terceiro setor para apoiá-la no propósito de realizar, por exemplo, campanhas de ajuda a crianças portadoras de deficiência, de combate ao fumo etc. Muitos consumidores apoiam essas ideias e as veem como algo bom e que trará benefícios à sociedade, dispondo-se até mesmo a pagar mais por determinado produto por saber que este adicional no preço destina-se a uma entidade que defende uma causa social. (LEVEK *et al*, 2002).

“As entidades do Terceiro Setor tornaram-se parceiras das empresas no exercício da cidadania empresarial” (MAXIMIANO, 2010, p. 434). O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, por exemplo, é uma organização que possui “a missão de mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável” (ETHOS, 2014, s.p). Portanto, atualmente, há empresas do Terceiro Setor contribuindo para que organizações privadas, a exemplo das empresas, também façam a sua parte na promoção de uma sociedade mais igualitária, justa e sustentável.

2.6 A CONTABILIDADE E A RESPONSABILIDADE SOCIAL

Segundo o CRC-SE (2014), a história da contabilidade é tão antiga quanto à própria história da civilização. Com o surgimento das primeiras administrações particulares aparecia a necessidade de controle, que não poderia ser feito sem o devido registro, a fim de que se pudesse prestar conta do que era administrado. À medida que o homem começava a possuir maior quantidade de valores, preocupava-lhe saber quanto poderiam render e qual a forma mais simples de aumentar as suas posses.

A história da contabilidade mereceu diversas divisões, de acordo com os diversos estudiosos. Segundo Tinoco e Kramer (2011), divide-se a história da contabilidade em quatro períodos distintos: 1º período - História Antiga ou da Contabilidade Empírica, que vai de cerca de 8.000 anos atrás até 1202 de nossa era; 2º período - História Média ou da Sistematização da Contabilidade, que vai de 1202 até 1494; 3º período - História Moderna ou da Literatura da Contabilidade, que vai de 1494 a 1840; 4º período - História Contemporânea ou Científica da Contabilidade, que vai de 1840 até aos nossos dias.

Com o surgimento e o crescimento da grande empresa tornou-se

necessário uma contabilidade mais analítica e eficiente, não somente financeira, mas gerencial, que auxilie na tomada de decisão. A globalização fez com que a contabilidade passasse a ser o principal meio de informação para seus parceiros sociais, deixando de atender somente aos controladores, fornecedores e ao fisco, e passou a ampliar os usuários da informação (TINOCO; KRAEMER, 2011).

Após o surgimento de novos mercados mundiais e a ocorrência de alguns escândalos contábeis de grandes corporações, a contabilidade vem sendo tratada com maior relevância em diversos países. Sendo assim, há um crescente esforço em uniformizar critérios e apresentar demonstrações contábeis mais transparentes (CARVALHO; SIQUEIRA, 2011).

Segundo a Receita Federal (2014, s.p):

A IASB (The International Accounting Standards Board - IASB é uma Entidade do setor privado, independente, criada em 1973 para estudar, preparar e emitir normas de padrões internacionais de contabilidade, com sede em Londres, Grã-Bretanha, constituída por mais de 140 entidades profissionais de todo o mundo, incluindo o Brasil representado pelo Instituto Brasileiro de Contadores - IBRACON e o Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Relativamente a sua estrutura, o IASB é vinculado à Fundação para o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade, com sede em Delaware, Estados Unidos da América.

Sendo assim, as questões ambientais, ecológicas e sociais também estão sendo consideradas nos sistemas de gestão e de contabilidade. Surge o Balanço Social, que é capaz de mensurar, avaliar e divulgar certa realidade econômica, ambiental e social. (TINOCO; KRAEMER, 2011).

Para Tinoco e Kraemer (2011, p.12), o Balanço Social se define como:

[...] um instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar, de forma mais transparente possível, informações financeiras, econômicas, ambientais e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários, seus parceiros sociais.

O balanço social, para Carvalho e Siqueira (2005), deve ser elaborado em função de quatro vertentes: Balanço Ambiental, Balanço de Recursos Humanos, Demonstração do Valor Adicionado – DVA, Benefícios e Contribuições à Sociedade em geral.

Pensando nisso, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aprovou

em 2004 a NBC T 15, estabelecendo procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade. Entende-se por informações de natureza ambiental informações sobre a geração e a distribuição de riqueza, os recursos humanos, a interação da entidade com o ambiente externo e a interação com o meio ambiente (CFC, 2014). Segundo Carvalho e Siqueira (2005, p.5), a NBC T 15, atende quatro vertentes propostas pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis (FIEPECAFI).

No Brasil com o crescente impacto da globalização para a economia, empresas brasileiras concorrem por negócios e pela captação de recursos financeiros internacionais, o que propicia o desenvolvimento sustentável às economias dos países, que vem sendo apoiado no mundo pela internacionalização das normas de contabilidade e de auditoria. Sendo assim, surge a necessidade de uma reforma contábil e de auditoria que resulte numa maior transparência das informações financeiras utilizadas pelo mercado, bem como no aprimoramento das práticas profissionais, levando-se sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais (CFC, 2014).

2.7. COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC)

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) foi idealizado a partir da união de esforços e objetivos das seguintes entidades: Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA), Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC NACIONAL), Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), Conselho Federal de Contabilidade (CFC); Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis (FIEPECAFI) e Instituto de Auditores Independentes do Brasil (IBRACON). Isto porque houve a necessidade de convergência internacional das normas contábeis, centralização na emissão de normas dessa natureza e representação e processos democráticos na produção dessas informações. (CPC, 2014).

O CPC foi criado pela Resolução CFC nº 1.055/05, e possui como objetivo:

O estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção,

levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais (CPC, 2014, s.p.).

Um dos pronunciamentos a ser observado na elaboração do Balanço Social é o CPC 09 (Demonstração do Valor Adicionado, DVA). Este regula a apresentação dessa nova demonstração contábil, exigida a partir da aprovação da Lei nº 11.638/2007, que introduziu o item “V” no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, de nº 6.404/76. Essa nova demonstração é uma das peças do Balanço Social, que representa um conjunto de informações que pode ou não ter origem na contabilidade financeira e tem como principal objetivo demonstrar o grau de envolvimento da empresa em relação à sociedade que a acolhe, devendo ser entendido como um instrumento no processo de reflexão sobre as atividades das empresas e dos indivíduos no contexto da comunidade como um todo. É um poderoso referencial de informações nas políticas de recursos humanos, nas decisões de incentivos fiscais, no auxílio sobre novos investimentos e no desenvolvimento da consciência para a cidadania. A DVA não é prevista em qualquer pronunciamento do *International Accounting Standards Board (IASB)*, mas pela relevância de suas informações foi introduzida de forma obrigatória para as companhias abertas. Sugere-se, pela sua importância, que as demais empresas também a adotem (CVM, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo principal identificar onde e quando começaram a ocorrer os primeiros indícios de responsabilidade social e o contexto histórico da época que levou à expansão do conceito até os dias atuais e ainda como a contabilidade se adaptou a tais investimentos.

Através da pesquisa bibliográfica, pôde ser constatado que o conceito de responsabilidade social é relativamente novo, tendo relação direta com o surgimento das indústrias. Com o passar do tempo, o modo de vida da época passou a ser questionado e os danos que as indústrias começaram a causar na vida das pessoas e no meio ambiente foram colocados em pauta. Surgem diversos movimentos em relação à responsabilidade das indústrias e empresas perante a sociedade. Temas como meio ambiente e melhores condições de vida no trabalho e na sociedade tornaram-se a fonte de diversas discussões no cenário mundial.

Neste cenário, surge a ONU, que foi um marco na história mundial. Com o objetivo de manter a paz e o desenvolvimento mundial, a ONU hoje

possui um importante papel na conscientização dos países em relação ao tema de responsabilidade social. Surge também o terceiro setor, que engloba organizações sem fins lucrativos e que promovem ações voltadas ao bem comum da sociedade. Essas organizações surgiram com o objetivo de resolver problemas de caráter social e atualmente também cumprem, a exemplo do Instituto Ethos, o papel de conscientizar organizações do setor privado sobre a importância de melhorarem o seu relacionamento com a sociedade.

Em relação à administração das empresas, ficou clara a inviabilidade de manter uma política predatória, pois os consumidores estão cada vez mais interessados no relacionamento que as organizações possuem com a sociedade e com seus *stakeholders*. Atualmente, não basta apenas vender produtos e serviços, utilizando o preço e a qualidade para se tornar competitiva, hoje é preciso analisar o perfil dos consumidores, pois eles estão preferindo cada vez mais optar por produtos e serviços de empresas socialmente responsáveis.

O conceito de responsabilidade social ainda hoje gera uma série de interpretações. Alguns autores transmitem a ideia de obrigação legal, outros associam ao comprometimento eticamente responsável, e há também os que associam a uma contribuição caridosa. Ainda é tênue a linha que diz como uma empresa socialmente responsável deve se comportar. Entretanto, é claro que elas devem se preocupar com o meio que está inserida e como age com seus colaboradores.

Pôde-se constatar que a contabilidade teve que evoluir para acompanhar o surgimento de novos mercados e para abrigar questões ambientais, ecológicas e sociais. Tais questões estão sendo cada vez mais consideradas nos sistemas de gestão e de contabilidade.

O Balanço Social surgiu na necessidade de demonstrar as atividades sociais da empresa para a sociedade e seus colaboradores, podendo ser utilizado como um instrumento de *marketing*, uma vez que promove a divulgação de ações sociais para as quais os consumidores estão atentos. Procurando se adequar a essa nova realidade das organizações, o Conselho Federal de Contabilidade lançou a NBC T 15, que corresponde às diretrizes da mensuração das questões socioambientais. Além da NBC T 15, a contabilidade brasileira teve de acompanhar a globalização dos mercados e se adaptar as normas internacionais de contabilidade, com o objetivo de oferecer maior confiabilidade e padronização das informações para os seus usuários. Atualmente, o CPC emite pronunciamentos com o objetivo de converter a contabilidade brasileira aos padrões internacionais de contabilidade.

Sendo assim, podemos concluir que o conceito de responsabilidade

social está em constante transformação e que a contabilidade poderá sofrer constantes mudanças visando se adaptar às novas formas de evidenciar as informações de caráter econômico, social e ambiental. Portanto, o papel da contabilidade nesse processo é fundamental e cada vez mais relevante para uma empresa que se propõe a ser reconhecida como socialmente responsável, fortalecendo os seus laços com a sociedade e vinculando a sua imagem a uma postura ética, cidadã e ecologicamente correta.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BARBIERI, J. C.; CAJAZEIRA, J. E. R.. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria a pratica**. São Paulo: Saraiva 2009.

CARVALHO, C. G.. A importância da padronização das Normas Contábeis Brasileiras. **Encontro de Produção Científica e Tecnológica**. 2011. Disponível em: http://www.fecilcam.br/nupem/anais_vi_epct/PDF/ciencias_sociais/02.pdf. Acesso em setembro de 2014.

CARVALHO, F. de M.; SIQUEIRA, J. R. M. de. **Regulamentações Brasileiras do Balanço Social**. Disponível em <http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos52005/248.pdf>. Acesso em setembro de 2014.

CHIAVENATO, I.. **Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações**. 7 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003 (4ª Reimpressão).

CHIAVENATO, I.. **Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações**. 3ª ed. Ver. E atualizada. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **CVM edita deliberações referendando Pronunciamentos em conjunto com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC**. Disponível em <http://www.cvm.gov.br/port/infos/press.asp>. Acesso em setembro de 2014.

CFC. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC T – 15**. Brasília, 2004. Disponível em: www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1003.doc/. Acesso em setembro de 2014.

CRC-RS. CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. **Princípios de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade**. Vol. 1. Atualizado. 2014. Disponível em http://www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro_principios_normas_v1.pdf. Acesso em agosto de 2014.

CRC-SE. CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SERGIPE. **História da Contabilidade**. Disponível em: http://www.crcse.org.br/crcse/interna.wsp?tmp_page=institucional_historiacontabilidade. Acesso em agosto de 2014.

CPC. COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Conheça o CPC**. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/CPC/Conheca-CPC>. Acesso em setembro de 2014.

ETHOS - INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. **Sobre O Instituto**. Disponível em: <http://www3.ethos.org.br/conteudo/participacao-e-representabilidade-social/>. Acesso em agosto de 2014.

LEVEK, A. R. H. C. *et al.* A responsabilidade Social e sua Interface com o Marketing Social. In: **Revista da FAE** - n.2, 2002. Disponível em http://www.unifae.br/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v5_n2/a_responsabilidade_social.pdf/. Acesso em janeiro de 2013.

MARTOS, E.; Saito Pat. (coord). **RSE na Mídia: Pauta e Gestão da Sustentabilidade**. São Paulo: Instituto Ethos, 2007. Disponível em: http://www.comunicacionsostenible.co/web/docs/rse_en_los_medios.pdf/. Acesso em abril de 2013.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro Primeiro. Vol. 1. São Paulo, Editora Nova Cultural, 1996. Disponível em http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/ocapital-1.pdf. Acesso em Setembro de 2014.

MAXIMIANO, A. C. A.. **Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010. (7ª Reimpressão).

OLIVEIRA, J. A. P. de. **Empresa na Sociedade: Sustentabilidade e Responsabilidade Social**. Rio de Janeiro: 2008. (7ª reimpressão).

ONU. Organizações das nações Unidas. **A História da Organização/A ONU e o Meio Ambiente/Como Funciona/Conheça a ONU**. Disponível em: [//www.onu.org.br](http://www.onu.org.br). Acesso em agosto de 2014.

RECEITA FEDERAL. **The International Accounting Standards Board - IASB (Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade)**. Disponível em <http://www.receita.fazenda.gov.br/contabilidade/iasb.htm>. Acesso em setembro de 2014.

SANTANA, F. E. de S.. **Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Ambiental: Um estudo comparativo com o Documento Final da Rio+20**. 2013. Disponível em http://www.ufpi.br/subsiteFiles/admpicos/arquivos/files/Meu%20tcc%20novo%20CD_1.pdf. Acesso em setembro de 2014.

TACHIZAWA, T.. **Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa: Estratégias de negócios focadas na realidade Brasileira**. 3ª ed. – São Paulo: Atlas 2005.

TINOCO, J. E. P.; KRAMER, M. E. P. **Contabilidade e gestão ambiental**. 3ª ed. - São Paulo: Atlas, 2011.

TSO – Terceiro Setor Online. **Terceiro Setor no Brasil**. Disponível em: <http://www.terceirosetoronline.com.br/terceiro-setor-no-brasil>. Acesso em setembro de 2014.

ZENONE, L. C.. **Marketing social**. São Paulo: Thomson Learning, 2006.